

Informações básicas sobre proteção de dados	
Responsável:	INNOLIVO PORTUGAL S.A.
Finalidade:	Gestão do Sistema de Informação Interno - Canal de denúncias
Legitimidade:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cumprimento de uma obrigação legal (RGPD UE 2016/679: art.6.1 c): Normativa sobre Proteção de denunciante incorporada ao ordenamento jurídico em conformidade com a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam infrações ao Direito da União. ▪ Consentimento do interessado: (RGPD UE 2016/679: art. 6.1a) Para a conservação e registo das denúncias feitas através da linha telefónica e sistemas de mensagens de voz com gravação; bem como para a gravação da reunião pessoal solicitada com a entidade com o objetivo de denunciar. (Diretiva (UE) 2019/1937; art. 18.2 e 4)
Destinatários:	Estão previstas cessões de dados a: Forças e corpos de segurança do Estado; Tribunais e Cortes de Justiça, Ministério Público e Administrações competentes.
Direitos:	Tem o direito de aceder, retificar e eliminar os dados, bem como outros direitos, indicados nas informações adicionais, que pode exercer dirigindo-se a: info@innoliva.com
Origem:	Da denúncia apresentada pelos interessados que: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mantêm uma relação laboral, comercial e de prestação de serviços com a entidade. ▪ Trabalham para subcontratantes e fornecedores da entidade. ▪ Integram os órgãos societários e de administração.
Informação adicional:	Pode consultar informações adicionais e detalhadas sobre Proteção de Dados aqui: https://innoliva.com/pt/politica-de-privacidad/

1. Introdução

O objetivo da presente Política de Privacidade do Canal de Denúncias da **INNOLIVO PORTUGAL S.A.** (doravante **INNOLIVO** e o «Canal») é informar sobre o tratamento de dados pessoais que, se for o caso, será realizado para a gestão e tramitação das denúncias que possam ser apresentadas através do mesmo.

Para a correta configuração e conceção do Canal, a INNOLIVO cumpre integralmente a regulamentação incorporada no seu ordenamento jurídico, em conformidade com a Diretiva Europeia (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam infrações ao direito da União, bem como à regulamentação aplicável em matéria de proteção de dados, tanto europeia (Regulamento (UE) 2016/679) como nacional.

2. Responsável pelo tratamento dos dados

O responsável pelo tratamento dos dados é a **INNOLIVO PORTUGAL S.A.**, com o número de identificação fiscal P508015839 e endereço em LAGAR DO CARAPETAL 7565-103 ALVALADE – PORTUGAL. O contacto do Delegado de Proteção de Dados é dpo@gfmservicios.com, a quem pode dirigir-se para consultar qualquer questão relativa ao tratamento dos seus dados, bem como para o exercício dos seus direitos legítimos, tal como detalhado na secção correspondente do presente documento.

3. Tratamento dos seus dados pessoais e legitimação

Os dados pessoais recolhidos no Canal de Denúncias serão tratados com o objetivo exclusivo de processar as denúncias recebidas e, se for o caso, investigar os fatos denunciados e informar as autoridades competentes.

O tratamento de dados no âmbito do Canal de Denúncias será realizado para o cumprimento de uma obrigação legal nos termos do disposto no artigo 6.1.c) do Regulamento (UE) 2016/679, como é o caso da gestão de um Canal de Denúncias que tem como objetivo a prevenção e descoberta de infrações normativas, tanto da legislação em vigor como da normativa interna da INNOLIVO, e de combate à corrupção; entre elas, e de forma especial, aquelas tipificadas como crime que possam acarretar a responsabilidade penal da INNOLIVO.

4. Tempo de conservação dos seus dados

Os dados pessoais que possam ser recolhidos em consequência da apresentação de uma denúncia serão conservados, inicialmente, durante o tempo necessário para decidir sobre a sua admissão para tramitação e investigação. Portanto, quando for acordada a inadmissibilidade da denúncia ou for concluída a improcedência de iniciar uma investigação, os dados nela incluídos serão eliminados do sistema da INNOLIVO e o denunciante será informado disso de forma fundamentada. Por outro lado, se for acordado o início da investigação pertinente, ou no caso de a denúncia poder constituir um delito penal por falta de veracidade, esses dados serão tratados durante todo o tempo que durar a investigação.

Em qualquer caso, decorridos três meses desde a apresentação da denúncia, os dados deverão ser apagados, salvo se:

- A sua conservação for necessária para continuar com o desenvolvimento da investigação, caso em que poderão continuar a ser tratados pela R.I. e pelo Órgão interno encarregado da investigação dos factos.
- Após o prazo de três meses, ou após a conclusão da investigação, o R.I. e o órgão interno responsável podem acordar o seu bloqueio temporário, com o objetivo de disponibilizar os dados recolhidos aos tribunais, ao Ministério Público e às administrações competentes.

5. Destinatários

A quem serão comunicados os seus dados? A identidade dos informantes e de quem efetuar uma denúncia pública será, em todos os momentos e casos, confidencial, não sendo comunicada às pessoas a quem se referem os factos relatados nem a terceiros.

Caso seja necessário ou exigido, os dados poderão ser comunicados a terceiros a quem seja legalmente obrigado a fornecê-los, tais como organismos e administrações públicas, tribunais e cortes. Também poderão aceder a esses dados, previamente anonimizados, terceiros profissionais a quem a INNOLIVO possa recorrer para realizar todas ou parte das tarefas de instrução e investigação das denúncias apresentadas, profissionais que agirão em todos os momentos sujeitos a um dever de sigilo, reserva e confidencialidade.

6. Exercício de direitos

As pessoas a quem se referem os dados pessoais incluídos numa denúncia podem exercer os direitos referidos nos artigos 15.º a 22.º do Regulamento (UE) 2016/679, e que se enumeram a seguir:

- a) Terá o direito de obter confirmação sobre se a INNOLIVO está a tratar os seus dados pessoais ou não no âmbito da gestão do Canal de Denúncias, bem como solicitar a retificação dos dados inexatos ou, se for o caso, solicitar a sua supressão, quando, entre outros motivos, os dados já não forem necessários para a gestão do Canal de Denúncias.
- b) O direito de acesso aos seus dados pessoais, excluindo-se deste, em relação ao denunciado, a identidade da pessoa que formulou a denúncia contra ele.
- c) Para revogar os consentimentos concedidos, bem como para exercer os direitos de acesso, retificação, cancelamento, oposição, limitação, portabilidade e direito de não ser objeto de decisões automatizadas, pode dirigir-se por escrito para o seguinte endereço postal: LAGAR DO CARAPETAL 7565-103 ALVALADE – PORTUGAL ou por e-mail para o endereço info@innoliva.com. O pedido deve incluir: nome e apelidos do interessado; cópia do seu Documento Nacional de Identidade ou outro documento de identificação válido e, se for o caso, do seu representante, bem como título que comprove a representação; endereço para efeitos de notificações e especificação do direito que se pretende exercer.

Também poderá reclamar junto da Autoridade de Controlo de Proteção de Dados (como Autoridade de Controlo competente em matéria de Proteção de Dados), especialmente quando não tiver obtido satisfação no exercício dos seus direitos, mediante carta dirigida à mesma na sua sede.

7. Princípio da proporcionalidade e minimização dos dados

Os dados pessoais recolhidos no âmbito do Canal de Denúncias:

- ✓ Serão limitados ao estritamente necessário e objetivamente necessário para processar e gerir as denúncias; Os dados não essenciais que possam ser fornecidos serão imediatamente eliminados e não serão registados no sistema.
- ✓ Serão tratados em todos os momentos de acordo com a regulamentação aplicável em matéria de proteção de dados, para fins legítimos e específicos relacionados com a investigação que possa surgir em consequência da denúncia.
- ✓ Não serão utilizados para fins incompatíveis.

8. Limitação do acesso aos dados

O acesso aos dados contidos nestes sistemas será limitado exclusivamente ao R.I. e ao Órgão interno e, excepcionalmente, a terceiros profissionais a quem a INNOLIVO possa recorrer para realizar todas ou parte das tarefas de instrução e investigação das denúncias em questão, como responsáveis pelo tratamento, ao acordo de confidencialidade correspondente, conforme indicado no art. 28 do RGPD UE 2016/679. Apenas quando for necessário adotar medidas disciplinares contra um trabalhador, será permitido o tratamento dos dados ao responsável da INNOLIVO com funções de gestão e controlo de recursos humanos..

9. Medidas de segurança e confidencialidade

A INNOLIVO assegurará que sejam adotadas todas as medidas técnicas e organizacionais necessárias para preservar a segurança dos dados recolhidos, com o objetivo de protegê-los contra divulgações ou acessos não autorizados. Para o efeito, a INNOLIVO adotou medidas adequadas para garantir a confidencialidade de todos os dados e assegurará que os dados relativos à identidade do denunciante não sejam divulgados ao denunciado durante a investigação, respeitando em todos os casos os direitos fundamentais da pessoa, sem prejuízo das ações que, se for caso disso, possam ser tomadas pelas autoridades judiciais competentes.